

“O WikiLeaks foi um marco histórico inegável, que marcou o começo de fato do século 21, cuja essência é a revolução informacional”

Entrevista com *Natalia Viana*

Julio Bezerra

Realiza pesquisa de pós-doutorado sobre cinema contemporâneo na Columbia University, em Nova York. Autor de *Documentário e Jornalismo: Propostas para uma cartografia plural* (Garamond, 2014), é crítico de cinema e jornalista, tendo colaborado com uma ampla variedade de publicações: *Bravo, Cinética, Programa etc.* Fez a curadoria das retrospectivas de Abel Ferrara (CCBB, 2012) e Samuel Fuller (CCBB, 2013). Produziu e dirigiu a série “Esquinas” (Canal Brasil/GloboSat) e dirigiu o curta *E agora?* (2014).

E-mail: juliocarlosbezerra@hotmail.com

Ícaro Ferraz Vidal Junior

Graduado em Estudos de Mídia pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Crossways in European Humanities pela Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Santiago de Compostela e University of Sheffield. Atualmente é doutorando no Erasmus Mundus - Joint Doctorate Cultural Studies in Literary Interzones nas Università degli Studi di Bergamo e Université de Perpignan Via Domitia.

E-mail: vidal.icar@gmail.com

Wilson Milani

Mestrando em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ.

E-mail: wilsonmilani@gmail.com

Fernanda Bruno

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura/UFRJ e do Instituto de Psicologia/UFRJ. Pós-doutora pela Sciences Po, Paris e pesquisadora do CNPq, coordena o Medialab.UFRJ e o CiberIDEA: núcleo de estudos sobre tecnologias da comunicação, cultura e subjetividade. Membro fundadora da Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade/LAVITS. Entre seus livros mais recentes estão: *Máquinas de ver, modos de ser: informação, vigilância e subjetividade* (Sulina, 2013) e *Vigilância e Visibilidade: tecnologia, espaço e identificação* (Org. com Firmino, R. e Kanashiro, M.; Sulina, 2010).

E-mail: bruno.fernanda@gmail.com

SUBMETIDO EM: 08/08/2015

ACEITO EM: 15/09/2015

ENTREVISTA

Natalia Viana é uma jornalista independente. “Eu faço minhas pautas”, diz ela. Pautas de interesse público, sobre direitos humanos, economia, entre outros temas espinhosos. Já era assim na *Caros Amigos*, no começo dos anos 2000, quando iniciou sua trajetória investigativa. Esteve entre refugiados tibetanos no norte da Índia, ao lado de indígenas sob massacre na Colômbia, com cholas bolivianas e o movimento cocaleiro, e em favelas de Cancún. Ganhou prêmios quando voltou suas atenções para o subemprego em São Paulo e a chamada “reforma universitária”, e lançou um livro, *Plantados no chão* (Conrad Editora, 2007), uma denúncia dos assassinatos políticos no Brasil entre os anos de 2003 e 2006. Foi então fazer mestrado em rádiojornalismo no Goldsmiths College, em Londres. Lá, Natalia Viana se envolveu com centros de jornalismo investigativo e começou a colaborar com veículos estrangeiros, como a BBC e o *The Guardian*. De volta ao Brasil, em novembro de 2010, recebeu um telefonema de uma mulher que dizia não poder se identificar. Ela convidava a brasileira a participar de um dos maiores furos da história do jornalismo. “Ali eu soube que algo muito grande estava por vir”. Natália Viana se veria então no olho do furacão, parceira do WikiLeaks, parte do projeto Cablegate, publicando documentos secretos da embaixada americana no Brasil. Ela conta um pouco dessa história nesta entrevista, concedida por email. Natalia Viana explica como coordenou uma parceria com os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*; divaga sobre o potencial democrático da Internet e o limite entre segurança e invasão de privacidade; avalia a cobertura e a repercussão dos vazamentos no país e no mundo; revela como o Brasil tem se tornado prioritário para a indústria de vigilância global; e nos alerta para o mercado ainda não regulado das grandes empresas do setor. Desde 2011, a entrevistada, ao lado de outros jornalistas investigativos, vem comandando a *Agência Pública*, um modelo de jornalismo sem fins lucrativos, cuja missão, como nos diz a página do portal, “é produzir reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público (...) – visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos”. Por fim, como quem não deixa dúvidas, ela ataca: “Para nós, o jornalismo não está em crise – está em renovação”.

Revista ECO-Pós - Seu envolvimento com o WikiLeaks começou a ser traçado quando fazia mestrado em Londres, não é? Poderia falar um pouco sobre como se deu esse encontro? Você já sabia naquele momento que algo grande estava por vir?

Natalia Viana - Não. Quando fazia mestrado em Londres comecei a trabalhar com centros de jornalismo investigativo do Reino Unido e dos Estados Unidos. Foi a partir de membros desses centros que o WikiLeaks soube do meu trabalho e me convidou para fazer parte do projeto Cablegate, a publicação dos documentos da embaixada americana no Brasil. Desde o início o WikiLeaks trabalhou muito próximo a jornalistas investigativos, que são aqueles que se debruçam sobre documentos e bases de dados para comporem suas histórias. O encontro se deu quando o Wikileaks já estava preparando o vazamento. Cerca de 15 dias antes, em meados de novembro de 2010, recebi um telefonema de uma mulher inglesa que disse que não poderia se identificar, mas que estava me convidando para participar de um dos maiores furos da história do jornalismo. E me chamava para viajar a Londres no dia seguinte. Ali eu soube que algo muito grande estava por vir.

Revista ECO-Pós - O WikiLeaks questiona os limites do que é jornalismo, do que é transparência e do que deve ser privado e público no mundo contemporâneo – sua força reside em uma compreensão particular do potencial, digamos, democrático da Internet. Qual seria então o limite entre segurança e invasão da privacidade?

Natalia Viana - Este é um debate que está aberto no mundo atual e que me interessa muito. Os limites da privacidade, ou melhor, a percepção do que é a invasão de privacidade muda de acordo com o país, com a cultura e com o tempo. O que ocorreu nas últimas décadas foi que a esfera da privacidade no mundo digital se expandiu. Gosto muito de uma frase do Julian Assange que diz que a internet não é o coração das comunicações atuais, é o sistema nervoso. Tudo o que é nosso, de mais privado está na internet. Não se trata apenas de *emails* de trabalho, mas de todas as nossas relações, os nossos amores, os nossos humores, as desavenças, as opiniões. E é pelas pessoas ainda não terem compreendido o quão intrinsecamente a vida de cada um está encravada no mundo digital que a reação à violação massiva de privacidade, com a vigilância massiva feita pela NSA, por exemplo, é aceita. “Não devo nada, então não tenho nada a temer”, é o que as pessoas pensam. Mas as implicações são muito mais profundas. A vigilância massiva significa que qualquer um pode ser criminalizado, chantageado ou acuado por algum governo ou integrante de governo ou força policial, porque toda nossa vida está ali. E não se trata apenas do que uma pessoa fez de errado ou está fazendo. Trata-se de um potencial de constrangimento futuro, caso você venha a fazer alguma coisa. Eu sei bem disso porque tive *emails* privados meus violados pelo Google, *emails* pessoais que eu troquei com alguns dos meus amigos próximos do WikiLeaks. Através de um mandato secreto, todos os emails de alguns integrantes – incluindo os que foram excluídos – foram entregues pelo Google para a justiça americana, durante a investigação do WikiLeaks. Ou seja, confidências, declarações, toda a minha conversa pessoal ao longo de dois anos sendo lida e devassada por agentes americanos. É um preço alto demais para se pagar em nome da segurança, ainda mais porque não há nenhuma evidência que a vigilância massiva trouxe mais segurança a qualquer cidadão. Eu certamente não me sinto mais segura porque sei que as redes sociais estão sendo observadas pela PM carioca em busca de quem pode fazer manifestações nas Olimpíadas ou porque a NSA está espionando a presidente Dilma e seus assessores mais próximos.

Revista ECO-Pós - Na apresentação de *Cypherpunks: Liberdade e o futuro da internet*, você menciona que o vazamento dos relatórios da Embaixada Norte-Americana na Tunísia, que descreviam o cenário de corrupção sob o governo de Ben Ali, foi um importante incentivo à revolta tunisiana e, conseqüentemente, também à Primavera Árabe. Você poderia falar um pouco mais sobre esse tipo de ação catalizadora que o WikiLeaks, em particular, e o direito de acesso à informação, em geral, podem realizar?

Natalia Viana - Estou segura que o vazamento do Cablegate foi um enorme catalizador e marcou o início de uma era – não sei se porque eu estava bastante próxima, mas era palpável a resposta que vinha das ruas ao vazamento: queremos decidir sobre o destino de nossos países. Sem dúvida, a “retomada das ruas” – que perdura até hoje, com o movimento que acabou de tirar o presidente na Guatemala e a sua vertente de direita aqui no Brasil – foi uma consequência à revelação tão crua de como os negócios eram feitos, a portas fechadas. Pra mim, a grande mágica dos documentos das embaixadas é que, diferente dos documentos de Snowden, eles são escritos em linguagem corriqueira, então de fato podem ser usados por qualquer um. Era essa a premissa. Claro que muito do que aconteceu desde então foi uma resposta a isso, e olhando agora em retrospectiva, foi uma resposta avassaladora. Conseguiram em poucos meses denegrir a reputação de Julian Assange com o caso do assédio sexual na Suécia, além de dezenas de artigos preconceituosos questionando o seu jeito de ser – que, embora exótico, não é exatamente diferente de muitos dos *hackers* e *geeks* que eu conheço – e o filme *o Quinto Poder*, é claro, uma empreitada de Hollywood para

pintá-lo como um lunático sem graça. Para mim, que sou jornalista, é interessante ver como a reação aos vazamentos – ou seja, a publicação do material-base – foi sendo “cosmetizado” com o tempo. Os grandes vazamentos de dados continuam ocorrendo, mas, desde Snowden, o princípio de que todos deveriam ter acesso ao material para julgar por si mesmos – uma máxima *hacker* que acredita na inteligência colaborativa e coletiva – foi sendo enterrado. Snowden deixa claro e reforça diversas vezes no filme *Cidadão 4* (*Citizenfour*, 2014, dirigido por Laura Poitras) que ele fazia questão de entregar os documentos para jornalistas e que não se achava capaz de julgar o que deveria ser publicado ou não. Da mesma maneira, os vazamentos dos documentos do HSBC – muito criticados aqui no Brasil pela demora na publicação de fatos relevantes – também seguiram na mesma linha. Criou-se assim uma versão cosmética, mais institucionalizada, do princípio da transparência radical defendida pelo WikiLeaks – que era, como bem diz Slavoj Žižek, “um verdadeiro ato político”.

Revista ECO-Pós - A apresentação ao livro de Julian Assange foi escrita em janeiro de 2013. Em junho deste mesmo ano, uma série de reivindicações tomou as ruas do país no que ficou conhecido como as “Jornadas de Junho”. Entre estas reivindicações figurava, por exemplo, uma demanda pela abertura da “caixa preta” dos transportes. Considerando que há uma complexa rede de eventos alicerçando esta retomada das ruas como espaço de construção da res pública, será que podemos introduzir o WikiLeaks nesta rede?

Natalia Viana - Acho que é inegável a influência que os movimentos de ruas desde 2011 tiveram sobre as jornadas de Junho no Brasil. Basta lembrar que as revoltas no Brasil aconteceram logo em sequência de protestos na Turquia que reivindicavam uma cidade mais democrática. Em essência, foi a demanda por uma cidade mais democrática que deu início aos protestos de junho, que depois foram se tornando outra coisa em termos políticos, adotando outras bandeiras e impulsionando novos movimentos – inclusive os que ainda estão nas ruas hoje, com pendor mais à direita. O WikiLeaks foi um marco histórico inegável, que marcou o começo de fato do século 21, cuja essência é a revolução informacional. Seu maior legado foi a tomada de consciência do poder da informação e da sua força política num mundo digitalizado. E o seu surgimento acelerou, por outro lado, o recrudescimento das práticas de vigilância massiva, a investida do discurso propagandístico na internet, o maior controle da informação e a maior militarização da rede, como antídoto para o potencial revolucionário que tem a singela frase “a informação quer ser livre”.

Revista ECO-Pós - Ainda na apresentação de *Cypherpunks*, você relata as estratégias de publicização no Brasil dos documentos “vazados” por Edward Snowden. Embora reconhecendo a dificuldade proveniente da concentração dos meios de comunicação de alcance nacional nas mãos de poucos grupos, você menciona que, em um primeiro momento, o WikiLeaks atuou associado a *O Globo* e à *Folha de São Paulo*. Esta associação parece ir na contramão de leituras que apostam em uma perda de eficácia dos veículos de comunicação da massa em favor das ferramentas de comunicação em rede. Como se deu este processo? Em que momento esta associação tornou-se desinteressante e para quem?

Natalia Viana - Os documentos do WikiLeaks não são os mesmos de Snowden. Os documentos de Snowden foram vazados para Glenn Greenwald e Laura Poitras. Os documentos do Cablegate foram supostamente vazados pela militar americana Chelsea Manning.

Estamos em 2015, cinco anos depois daquele vazamento. Os jornais enfrentam uma perda de respeitabilidade que está cada vez mais acelerada. Àquela altura, *Folha* e *O Globo* ainda mantinham em suas redações nomes de peso, além de uma cobertura de impacto, algo que está se deteriorando rapidamente. Apenas esta semana, o grupo Globo demitiu 400 funcionários, entre eles diversos nomes de peso. A parceria foi pensada por mim e foi extremamente bem-sucedida. Foi a primeira vez que dois veículos nacionais e um internacional (o WikiLeaks, em cujo site eu publicava as minhas reportagens) realizaram uma colaboração tão próxima, algo que foi reproduzido este ano na publicação dos documentos do HSBC da suíça. As notícias provenientes dos documentos do WikiLeaks pautaram a imprensa nacional durante semanas. Após dois meses, os jornais perderam o interesse, mas havia ainda muitas histórias a serem contadas. Por isso, junto com o início da *Pública*, reunimos um time de jornalistas voluntários que fizeram um pente-fino final, publicando apenas na internet, com grande repercussão.

Revista ECO-Pós - WikiLeaks preza pela independência dos veículos de comunicação no que diz respeito ao tratamento das informações vazadas pela organização. Você chegou a mencionar que algumas pessoas reclamavam que as reportagens no Brasil assumiam um forte tom de crítica ao governo Lula. Como você avaliaria as coberturas realizadas pela imprensa nacional?

Natalia Viana - Acho que o fato de haver três veículos trabalhando juntos neutralizou de alguma forma qualquer tendência que pudesse haver. Isso estimula uma “competição saudável”, porque você sabe que tem mais gente olhando os documentos. O que não significa que não houve diferenças de interpretação nos documentos, claro. Por exemplo, os documentos que mostravam encontros de Fernando Henrique e Serra com a embaixada americana foram ignorados pelos jornais, que os consideraram menos importantes naquele momento político, em que a oposição estava enfraquecida. Eu os considerei importantes, e publicamos depois. Mas no geral acho que a cobertura brasileira – e aí incluo não só *O Globo* e *Folha*, mas também os blogueiros progressistas, com quem fiz uma parceria mais adiante, e a Agência Pública – foi bem completa.

Revista ECO-Pós - Embora o vazamento de documentos secretos da NSA tenha jogado luz sobre a espionagem massiva realizada pela agência de segurança norte-americana, continuam nas sombras as empresas que fabricam e vendem essas tecnologias de vigilância e fazem lobby para o seu uso. Que empresas são essas? Existe alguma estimativa que mostre o tamanho desse mercado? Ele é regulado?

Natalia Viana - O mercado não é regulado, e essas empresas crescem mais a cada ano. Fizemos uma série de reportagens em 2013, com base em outro vazamento do WikiLeaks, o *Spy Files*, que trazia brochuras de algumas dessas empresas. Desde então não me debrucei mais sobre o tema, mas já naquela época, apenas a área de *spyware* – um software-espião instalado sorrateiramente no computador – movimentava US\$ 5 bilhões, com um potencial para crescer cerca de 20% ao ano.

Publicamos 249 documentos de 92 empresas de vigilância, entre brochuras, contratos e metadados referentes a algumas das principais empresas do ramo. São empresas como a GlimmerGlass, que consegue grampear cabos ultramarinos de fibra óptica; o Gamma Group, que fabrica *software* espíões usados contra ativistas no Bahrein e no Egito; e a Cyveillance, que monitora e faz uma varredura do conteúdo aberto da

internet para o Serviço Secreto dos EUA. Muitas dessas empresas têm vindo para o Brasil em busca de contratos para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, como a Harris e Cassidian, que têm entre seus clientes governos e polícias de diversos países, inclusive dos EUA.

Muitas delas vendem tecnologia para diversos órgãos do governo americano, como a Cyveillance, pertencente à empresa QinetiQ, usada pelo Serviço Secreto dos Estados Unidos para monitorar a rede 24 horas. E muitas já têm forte presença no Brasil, seja vendendo tecnologia e serviços para empresas como Vale e Petrobras, seja buscando freneticamente contratos de vigilância para a Copa do Mundo e a Olimpíada.

Revista ECO-Pós - Os megaeventos que o Brasil vem sediando o tornaram prioritário para a indústria de vigilância global. Gigantes do setor já obtiveram contratos em diversas cidades para monitorar brasileiros durante os jogos de 2016 – desde *scanners* de segurança até *softwares* de rastreamento remoto. Existem dados oficiais confiáveis a respeito desse cenário? Como isso vem afetando o dia a dia dos brasileiros?

Natalia Viana - Durante a Copa foram instalados 14 Centros Integrados de Comando e Controle de Segurança, dois nacionais e 12 estaduais. Eles foram resultado de um poderoso *lobby*. Desde 2010, a multinacional americana IBM tentava vender aos governos brasileiros a sua concepção de “cidades mais inteligentes”, com soluções tecnológicas nas áreas de transporte, energia e, cada vez mais, segurança. Naquele ano, a empresa apoiou um “road show” da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas pelas 12 cidades-sedes da Copa do Mundo e escalou seu gerente de novas tecnologias, Cezar Taurion, como articulista do Portal da Copa 2014 para “debater como a tecnologia pode ajudar a desenvolver a infraestrutura das cidades brasileiras e prepará-las para a Copa do Mundo de 2014, ajudando a torná-las mais inteligentes”, segundo o site da empresa. Ficou responsável pelo Centro de Operações Rio (COR), cujas instalações do Rio custaram cerca de R\$ 104,5 milhões – 70% pagos pelo do Estado e 30% pela União, segundo dados divulgados pela prefeitura.

Mas o que aconteceu? A ação das forças de segurança na Copa levou a violações de direitos humanos, repressão violenta de protestos e detenções arbitrárias. E os CICC foram usados também para isso.

Um bom exemplo pode ser observado na leitura do inquérito da Polícia Civil que serviu de base para a prisão preventiva de 23 ativistas no Rio de Janeiro na véspera da final da Copa do Mundo. O documento, obtido pela Pública, mostra que uma das principais peças de acusação foi obtida por um policial da Força Nacional de Segurança, subordinada ao Ministério da Justiça, em Brasília, que foi infiltrado entre manifestantes.

“A atuação do declarante limita-se a ir aos locais das manifestações e observar os ânimos dos envolvidos, filmando em tempo real, por meio do aplicativo de celular chamado de ‘twitcasting’ repassando ao vivo (...) ao CICC – Centro Integrado de Comando e Controle as ações de acompanhamento às manifestações realizadas em campo e acompanhadas ao vivo pelo comandante do declarante e outros órgãos de inteligência”.

O policial infiltrado disse aos manifestantes que “estava no local em pesquisa de campo, obtendo material utilizado em trabalho de término e conclusão de curso em

gestão pública”, segundo depoimento anexado ao processo.

Em outra parte da sua declaração, o policial conta que, disfarçado de manifestante, filmou e seguiu um grupo que estava “acuado” para que, através das imagens enviadas ao CICC do Rio, a polícia soubesse “onde o grupo estava e para onde iria”.

“Neste dia o CICC tomou ações baseadas, em parte, pelas transmissões ao vivo feitas pelo declarante”, diz o inquirido. E acrescenta detalhes do tipo: “O meio mais utilizado [pelos manifestantes] para comunicação, além de pessoalmente, é o telegrama pois acreditam que as conversas são mais seguras”.

Há diversos problemas na maneira como essas tecnologias de vigilância têm sido implementadas aqui no Brasil. Elas são compradas e instaladas sem discussão pública. A maneira como a polícia faz o seu trabalho muda de repente sem que ninguém saiba. Elas facilitam o alvejamento de grupos que já são alvejados pela polícia. Negros, pobres, jovens, da periferia. E são ineficazes em termos de segurança, pois estão nas mãos de uma polícia mal treinada.

Revista ECO-Pós - Há algum risco para o governo brasileiro de comprar essas tecnologias de empresas que vendem para muitos países e muitas empresas? As informações coletadas por esses *softwares* poderiam, por exemplo, ser repassados para outros governos ou empresas?

Natalia Viana - Recentemente publiquei uma reportagem – mais uma vez com base em um vazamento do WikiLeaks – mostrando que a empresa italiana Hacking Team tem atuado fortemente junto à Polícia Federal, o Exército e diversas polícias estaduais desde 2011 para tentar vender seus famosos “softwares espíões”. Seu principal produto é o Sistema de Controle Remoto “Da Vinci”, que permite invadir e controlar uma máquina, driblando as comunicações criptografadas, além de espionar *Skype* e comunicações por *chat*. Segundo a empresa, o Da Vinci pode ligar remotamente microfones e câmeras de computadores e celulares e depois gravar todo o conteúdo. E, mesmo com o computador desconectado da internet, pode acessar históricos, conversas, fotos e deletar ou modificar arquivos.

Em maio deste ano, através de um contrato com a representante nacional YasniTech, os polêmicos *softwares* foram usados para uma investigação da PF, em um projeto piloto de três meses, segundo os *emails*. A ideia era, na época, organizar um grande contrato com a SESGE (Secretaria Especial de Segurança para Mega-Eventos).

Segundo reportagem da revista alemã *Der Spiegel*, o porta-voz da Hacking Team afirmou durante um debate que a empresa pode compreender “até certo limite” o que os clientes fazem com seu *software*, já que o programa mantém contato “constante e não especificado” com seus criadores. Após o vazamento, a segurança dos produtos da Hacking Team tem sido ainda mais questionada.

Revista ECO-Pós - *A Pública: Agência de reportagem e jornalismo investigativo* foi criada na sequência desta ruptura do WikiLeaks com *O Globo* e a *Folha*, como um veículo que desse continuidade a um trabalho minucioso sobre os dados divulgados por Snowden. De lá pra cá, no entanto, novos dados de interesse público vêm sendo publicizados pela *Agência*, através de um trabalho nem sempre (ou quase nunca) fácil de investigação. De 2011 até agora você observa alguma mudança nas formas de aces-

sar estes dados e/ou na consciência da sociedade civil brasileira acerca do direito à informação?

Natalia Viana - Não houve rompimento do WikiLeaks com a *Folha* e *O Globo*. A parceria durou dois meses, como era previsto desde o começo. Os documentos do WikiLeaks não são os documentos do Snowden. A Agência Pública foi fundada neste ínterim. Mas nunca foi objetivo da Pública ser apenas uma agência que trabalhasse apenas com dados e documentos, mas ser uma agência que faz jornalismo sobre direitos humanos, com reportagem de campo, “sujando os sapatos”, como se diz no meio jornalístico. Houve, em termos gerais, uma mudança fundamental desde então, que foi a aprovação da LAI – Lei de Acesso à Informação –, que obrigou órgãos públicos de diversas esferas a publicarem dados, contratos, planilhas, informações financeiras. Houve um salto em termos de transparência que é fenomenal. Claro que ainda falta muito a se cumprir – as secretarias de segurança pública, por exemplo, são ainda grandes caixas-pretas – mas avançou-se muito.

Revista ECO-Pós - A *Pública* surgiu em 2011 como uma iniciativa sua e de outras duas jornalistas, propondo um modelo de negócios sem fins lucrativos para financiar as grandes reportagens. Com que objetivo a agência foi criada? Quais são seus principais projetos no momento? Como manter a empresa funcionando seguindo este modelo?

Natalia Viana - A ideia sempre foi produzir jornalismo investigativo que a imprensa tradicional, por limitações do modelo ou por partidarismo político, tem deixado de fazer. Além disso, sempre tivemos um grande foco em criar oportunidades para o jornalismo investigativo e os repórteres que acreditam nele.

A *Agência Pública* aposta num modelo de jornalismo sem fins lucrativos para manter a independência. Todas as nossas reportagens são livremente reproduzidas por diversos veículos sob a licença *creative commons*. Nossa missão é produzir reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público, sobre as grandes questões do país do ponto de vista da população – visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos. Entre nossos parceiros estão centros independentes de jornalismo da América Latina, dos Estados Unidos e Europa, além de veículos tradicionais e expoentes das novas mídias.

Além de produzir, a *Pública* atua para promover o jornalismo investigativo independente, através de programas de mentorias para jovens jornalistas e bolsas de reportagem. Em três anos, distribuimos R\$ 150 mil para reportagens independentes, que foram realizadas sob nossa monitoria e publicadas pela nossa rede de republicadores. Todas as reportagens podem ser vistas neste *link* (<http://apublica.org/assunto/microbolsas/>). Nos últimos anos fizemos duas campanhas de *crowdfunding* que levantaram R\$ 150 mil para realização de reportagens. Todos os que doaram podem, eleger, todo mês, uma pauta que nós devemos investigar. Assim, eles entram no nosso “conselho editorial”. Pelo menos cinco dessas reportagens receberam grandes prêmios de jornalismo, além da enorme repercussão. Isso mostra que há um enorme potencial em engajamento do público para fazer jornalismo investigativo. Para nós, o jornalismo não está em crise – está em renovação.